

População, desenvolvimento e meio ambiente

Miriam Leitão¹

Não sou demógrafa. Estou aqui porque sempre ocupei muito tempo dos demógrafos para entender as questões populacionais, e era o momento de devolver um pouco desse tempo tomado. Um dos que entrevisto sempre é José Eustáquio Diniz Alves, autor do convite. Outro motivo é que é instigante a ideia de pensar a união dos três temas: população, meio ambiente e desenvolvimento.

Como jornalista de economia, sempre soube que o “desenvolvimento” está dentro do meu “*core business*”. Mas aprendi que as questões se cruzaram de forma inevitável, transformando o conceito. Em tempos de mudança climática, o desenvolvimento não pode ser visto da mesma forma. A população, cujo bem-estar é o objetivo do desenvolvimento econômico, será atingida diretamente pelas mudanças climáticas. Se o crescimento agravar o aquecimento global, ele trará impacto sobre a vida da população. Dizer que os três temas se cruzaram pode parecer uma platitude. Mas, por incrível que pareça, o que é tão simples e claro não é aceito por todos, nem está influenciando tanto quanto deveria as políticas públicas e a imprensa.

A cobertura jornalística é assim: o tema do desenvolvimento cabe à economia — o que está certo —, pois a economia tem, há muito tempo, sua área consagrada e consolidada. A população migra um pouco de editoria: ora fica na editoria de país e política, ora na economia, ora está em comportamento. Já meio ambiente está ficando sem espaço.

As questões ambientais vinham conquistando uma cobertura mais intensa alguns anos atrás, mas agora ela está se encolhendo; o contrário do que deveria acontecer. Por razões óbvias, deveríamos estar formando mais jornalistas com capacidade de entender e atuar nas questões ambiental e climática. Ao invés disso, os jornalistas que trabalharam com tais assuntos estão perdendo emprego e indo para assessorias de imprensa.

Dediquei-me, nos últimos anos, a entender as questões ambiental e climática para, dessa forma, escrever melhor sobre a economia dos próximos anos e décadas. Estudei — e continuo estudando — o tema. Nesse sentido, um dos esforços que fiz foi uma visita à Inglaterra para entrevistas com vários especialistas, principalmente no “Met Office”, que é o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de lá. Eles estavam,

¹ Jornal *O Globo*, Brasil, miriamleitao@miriamleitao.com.br.

na época, em 2009, estudando o cenário “4 degrees and beyond”, quer dizer, eles consideravam a possibilidade de um aquecimento acima de quatro graus. Reuni-me com vários climatólogos para ouvir sobre os riscos para o mundo e para o Brasil nos cenários de aquecimento global. Foi quando descobri que os economistas com os quais tenho convivido são pessoas simples e fáceis de serem entendidas. Difícil mesmo são os climatólogos. Os cenários são assustadores, porém, em determinado momento, eles avisaram que ainda há chances de evitar o pior. Foi um alívio.

Mas tais chances são poucas. As janelas estão se fechando, porque as mudanças climáticas já estão entre nós, provocando alterações que afetarão a população e a economia do mundo.

Na cobertura da COP-15, em Copenhague, ficou claro para nós, os jornalistas que estávamos lá, que os tempos dos cientistas e dos políticos são diferentes. Os alertas dos cientistas são que não se pode chegar a dois graus de elevação média de temperatura, e os diplomatas gastam o tempo divergindo sobre minúcias de textos. O risco maior é porque os tomadores de decisão nem percebem o tamanho do problema, nem estão dispostos a encarar as decisões necessárias para se evitar o pior.

A América Latina e o Caribe viveram, ao longo de sua história, um modelo econômico de subtração, até mesmo de saque das riquezas (dependendo do período), deliberadamente concentrador da riqueza. As mudanças climáticas encurralaram essa proposta de organização da economia e da sociedade. Atualmente a concentração da renda, que aprofunda a desigualdade, e a retirada indiscriminada das riquezas naturais deixaram de ser funcionais. A nossa região precisa de um desenvolvimento econômico que reduza a pobreza – como temos feito nos últimos anos –, bem como deve buscar um modelo que respeite os limites do planeta.

As mudanças climáticas vão criar alguns imperativos definitivos dos quais não se poderá fugir. Primeiro vamos pensar na região Pan-amazônica. O que é o mundo das mudanças climáticas? É um mundo onde vai faltar água, a biodiversidade será necessária e as coberturas florestais em crescimento farão o serviço ambiental de sequestrar o carbono da atmosfera.

Estive em um encontro de cientistas políticos da American Political Science Association com físicos, no Canadá, em 2009, para discutir mudanças climáticas. Os cientistas políticos perguntaram aos físicos quando seria o *tipping point*, ou seja, o ponto a partir do qual tudo pode se acelerar e não ser mais possível deter o processo. Um físico americano respondeu o seguinte: “Quando a Amazônia começar a morrer, vai ser tarde demais!”

Nós, países que compartilhamos a Amazônia, estamos no centro da região que jogará um papel fundamental na questão sobre como preservar o planeta. A região Amazônica é a maior cobertura florestal do mundo, a maior floresta tropical. Perdê-la pode ser o ponto de não retorno.

O conservacionista e primatólogo Russell Mittermeier construiu o conceito de “megadiversidade”. Apenas 18 países no mundo são considerados “megadiversos”, e eles

têm, juntos, 70% da biodiversidade do planeta. O Brasil, a Colômbia e vários países da região estão nesta lista. Este é o canto mais bem preparado para o momento em que o mundo precisar de biodiversidade, água e capacidade de produção de energia e de alimentos. Então, em maior ou menor grau, somos muito vocacionados para enfrentar este desafio. Mas não podemos cometer o erro de achar que essa riqueza será nossa para sempre.

Estamos fazendo um esforço enorme para destruir a Amazônia. Entre a Rio-92 e a Rio+20, o Brasil destruiu cobertura florestal de uma área equivalente aos territórios dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo somados. Recentemente, tivemos secas dramáticas. Quem já foi ao Rio Negro, na Amazônia, tem a impressão de que nunca a água vai acabar no planeta, pois ele é imenso. E quem já enfrentou — eu passei por esta forte experiência — uma tempestade no Rio Negro fica mais convencido de que a água é realmente abundante na Amazônia. Mas, em 2010, tivemos a maior seca da região; houve momentos em que era possível ver o fundo do Rio Negro. Uma cena impensável para quem está acostumado com o rio na cheia.

Esta região vai enfrentar — na realidade, já enfrenta — um problema dramático: o derretimento das geleiras da Bolívia e do Peru. Isso tem a ver diretamente com o abastecimento de água, e não apenas nos dois países citados. Por exemplo: rios brasileiros nascem no Peru. Cidades da região vão enfrentar momentos de estresse hídrico profundo, alertam os cientistas. Como garantir água em La Paz? Como garantir água em Lima? É preciso pensar nisso agora. São grandes regiões urbanizadas há muito tempo. Como as populações desses centros urbanos vão lidar com tal escassez?

Na região Pan-amazônica, é preciso discutir conjuntamente uma série de problemas que teremos todos de enfrentar. Primeiro, porque não dá para separar o bioma, não dá para separar o nascimento das águas dos rios por nacionalidades. Estamos todos condenados à união. Temos, portanto, que usar o princípio da precaução na proteção da riqueza ambiental. Há no Brasil regiões semiáridas que vão virar áridas, como o Nordeste. Exatamente onde estão os mais pobres e o maior número de pobres. Nessas áreas, os países precisam já implantar políticas públicas de adaptação a cenários de elevação da temperatura e escassez de água que estão virando realidade.

América Central e Caribe é uma região ameaçada pelo aumento da intensidade de eventos naturais extremos: tempestades tropicais, ciclones, terremotos. Terremoto não tem a ver com mudança climática, mas ciclones, tempestades tropicais, furacões têm ligação direta com a temperatura do oceano. Os eventos extremos estão ficando mais frequentes e mais extremos. Precisamos de políticas de proteção contra os efeitos dos desastres. A economia e o planejamento econômico têm que pensar em todas essas questões.

Estamos diante de situações-limite. Este é um momento dramaticamente importante para a humanidade. No Brasil, por exemplo, a maior parte da população está concentrada na área costeira, e a elevação do oceano levanta uma dúvida sobre como preparar as grandes áreas urbanas litorâneas para tal cenário.

As grandes regiões urbanas têm que discutir profundamente que escolhas fazer para organizar a mobilidade nas cidades. É preciso tornar o sistema mais racional para seus habitantes e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do transporte. Neste seminário, George Martine falou do absurdo que é subsidiar combustível fóssil. Concordo e acrescento um dado: o Brasil, apenas com um dos subsídios dados à gasolina, de 2008 pra cá, deixou de arrecadar R\$ 22 bilhões, em torno de US\$ 10 bilhões.

O subsídio foi a redução e, depois, a eliminação de um imposto sobre a gasolina; dinheiro cujo destino seria investimento em infraestrutura de transporte. O subsídio aumentou, e isso elevou o consumo da gasolina. O uso excessivo da gasolina, por sua vez, provocou prejuízo para a Petrobras. Há outros subsídios irracionais. As decisões econômicas têm que levar em conta que é preciso caminhar para uma economia de baixo carbono, em todos os sentidos: produção agrícola de baixo carbono, mobilidade, ou seja, transporte de baixo carbono, energia com baixa emissão de gases de efeito estufa.

Dentro da questão populacional, temos que avaliar a população indígena. É difícil falar de um assunto tão vasto e tão diverso, pois, em cada país, essa questão assume uma forma diferente. Os descendentes dos indígenas são maioria em alguns locais. O Brasil encontrou, no Censo de 2010, 870 mil índios vivendo ou não em aldeias. Aqui, há um debate se acirrando em torno desse tema, e uma parte do país se pergunta: “Para que tanta terra para 800 mil índios? Com uma população de 200 milhões de habitantes, não seria melhor reduzir a área de floresta, seja de terras indígenas ou outras áreas de conservação, e produzir agricultura, que a gente produz tão bem, e exportar?” Essa é a visão econômica clássica, que persiste e é defendida por muita gente. Há momentos em que se teme que essa visão acabe vitoriosa.

Existe outra forma de se ver a questão indígena. Precisamos da floresta em pé, e as populações indígenas brasileiras têm sido aliadas da conservação. Basta olhar as imagens de satélite para notar que as terras indígenas têm florestas mais preservadas. Esses povos, parte do povo brasileiro, estão prestando, ao país como um todo, serviços ambientais por manterem a floresta em pé. O confronto clássico entre produtores agrícolas e conservação do meio ambiente tem que incluir essa nova visão do papel da população indígena. A palavra agora é conciliação. Estamos condenados a conciliar, porque precisamos da floresta: ela garantirá o abastecimento de água, vai preservar a biodiversidade, vai nos dar a capacidade de manter o planeta nestes tempos de mudança climática, estresse hídrico e eventos extremos dos próximos anos e décadas. Isso já está contratado; não fomos nós que decidimos. Gerações passadas emitiram os gases de efeito estufa que nos afetam agora, e não temos tido a sabedoria de reduzir essas emissões que manterão o processo das mudanças climáticas.

Outra questão importante para olharmos agora é que a desigualdade, que tem sido a marca de América Latina e Caribe, tornou-se disfuncional por causa das mudanças demográficas. Ela sempre foi imoral de todos os pontos de vista. Agora não nos serve mais como modelo. Olhando friamente como jornalista de economia, hoje ela, além disso, produz mais prejuízos. Porque houve a redução do número de nascimentos, a

taxa de fecundidade caiu (coisas que vocês estudam o tempo todo e me ensinam). E, se teremos uma redução drástica da população, precisaremos de todos dentro da equação econômica e produtiva.

No ano passado, houve uma grande discussão no Brasil sobre estar havendo um “apagão” de mão de obra, mas os dados de desemprego desagregados mostravam que negros e brancos tinham taxas de desemprego diferentes: a dos negros era maior. Os jovens estavam com uma taxa de desemprego muito alta, assim como as mulheres quando comparadas aos homens – e isso apesar de a escolaridade delas ser maior que a deles. Mesmo com os empresários falando em “apagão de mão de obra”, o mercado de trabalho brasileiro se dava o direito de preferir e preterir. Preferia brancos, homens, acima de 30 anos e preteria negros, mulheres e jovens. Daqui para diante, essa desigualdade será ainda mais prejudicial à própria economia.

Por último, ressalto a questão da economia do conhecimento. Ela também exigirá que toda a população esteja incluída por meio da educação. Assim, a redução da desigualdade é causa e consequência. Você reduzirá a pobreza, naturalmente, pela educação, porque, se não, você acaba perdendo cérebros, que é o mais valioso ativo nesse momento. Houve o tempo da força física. Hoje o insumo da vez é o cérebro. Precisamos educar e treinar nossas populações. Teremos menos pessoas na América Latina e no Caribe e precisamos, portanto, de todo mundo e no auge da sua capacidade.

São esses imperativos que trazem a esperança neste momento tão definitivo de nossas vidas. Se errarmos, o preço que temos a pagar será tão pesado, que tendo a concluir que a humanidade será racional. Isso me leva a acreditar que o Brasil e toda a América de Latina irão caminhar no sentido de menos desigualdade, mais integração, mais inclusão, mais planejamento econômico, mais organização da questão urbana, mais proteção ao meio ambiente. Será assim ou apressaremos o fim.